



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
23 de outubro
de 2020

Eleita nova Diretora das Promotorias de Justiça de Imperatriz

A Promotora de Justiça Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis foi eleita a nova Diretora das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz. A eleição foi realizada nesta quinta-feira, 22, com candidatura única. O processo eleitoral foi aberto às 8h e encerrado às 13h. Dos 21 promotores, 20 votaram, sendo computados todos os 20 votos para a candidata eleita. A eleição ocorreu em ambiente virtual (e-voto). A posse está prevista para o dia 3 de novembro.

A Comissão Eleitoral informou que os trabalhos ocorreram dentro da normalidade esperada, havendo maciça participação dos Membros do **Ministério Público** com atuação em Imperatriz.

Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis ingressou no **Ministério Público** do Maranhão em 2011, tendo sido titular das Promotorias de Justiça de Itinga, Montes Altos e Senador La Roque, exercendo destacada atuação na Região Tocantina. Chegou à titularidade na Comarca de Imperatriz neste ano de 2020, promovida por merecimento.

"Agradeço a Deus por esse novo desafio que me foi colocado. Estou muito grata pela confiança no meu trabalho e pela expressiva votação recebida. Assumo perante a instituição e a sociedade o compromisso de desempenhar essa honrosa missão com dedicação e zelo, dando continuidade às atividades desenvolvidas pelos Diretores que me antecederam e traçando novas metas para serem alcançadas", disse a Promotora de Justiça Paloma Reis.

Site: <https://omaranhense.com/eleita-nova-diretora-das-promotorias-de-justica-de-imperatriz/>

Mutirão de 'Acordo de Não Persecução Penal' beneficia instituições sociais de Santa Inês

A 4ª Vara da Comarca de Santa Inês promoveu um mutirão de Acordo de Não Persecução Penal, no período de 19 a 22 de outubro, com a realização de 143 audiências e 96 acordos, que resultaram em diversas instituições beneficiadas com a doação de objetos novos e com nota fiscal, adquiridos pelos acusados em processos vinculados a ações penais em tramitação naquela unidade.

O mutirão de audiências presenciais e por videoconferência foi presidido pela juíza da 4ª Vara, Denise Pedrosa Torres, com a atuação conjunta do **promotor de Justiça** Moisés Caldeira Brant, do defensor público Ualasse Rocha Louzeiro e advogados que trabalham na comarca. Depois que os acordos forem cumpridos pelos réus, os processos deverão ser arquivados, com baixa no acervo.

A juíza explicou que a nova legislação penal chamada de "Pacote Anticrime" atualizou o Código de Processo Penal (artigo 28-A), introduzindo o "Acordo de Não Persecução Penal". Com a mudança, o **Ministério Público** agora pode fazer acordos para não ajuizar ação penal contra quem cometeu crimes sem violência ou grave ameaça.

De acordo com a nova lei, o acordo pode ser feito quando o infrator confessar o delito, o crime receber pena inferior a quatro anos e não envolver violência ou grave ameaça. O réu também não pode ser reincidente no crime. Quando o réu atende a essas pré-requisitos legais, o **promotor de Justiça** oferece a proposta de acordo na persecução penal, sujeitando o réu às condições indicadas pelo Ministério Público, que homologa o acordo feito na Justiça", declarou a juíza.

"O acordo, feito no início do processo em crimes leves, é muito vantajoso. Porque a Justiça pode se concentrar no julgamento dos crimes mais graves, que são os crimes com violência ou grave ameaça, tráfico de drogas, roubos, estupro e homicídios. Sobra mais tempo para vara se dedicar mais aos processos que causam mais impacto na comunidade", disse a juíza.

ENTREGA DAS DOAÇÕES

Em um dos processos, o acusado adquiriu 10 mil em

bens a serem doados. A relação de bens arrecadados ao final do mutirão inclui computador portátil, forno micro-ondas, geladeira, estantes de aço, mesas, macas, cadeiras, camas, lavadora de roupas, TV, liquidificador, impressoras, colchão e bebedouro, dentre outros objetos.

Até dia 30 de novembro, os objetos arrecadados nas transações penais, conforme as especificações definidas pelo **Ministério Público**, serão entregues às instituições beneficiadas com a doação de bens: Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), Conselho Tutelar de Santa Inês, CRAS, a instituição de assistência a dependentes químicos "Plenitude Eterna", Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros de Santa Inês e o Instituto Médico Legal, que será instalado na cidade mas já foi beneficiado com a doação de macas, mesas, cadeiras, notebooks, impressoras e no-breaks.

Site: <https://omaranhense.com/mutirao-de-acordo-de-nao-persecucao-penal-beneficia-instituicoes-sociais-de-santa-ines/>

MPMA requer designação de agentes da Polícia Civil para o município

PÁGINA 8

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/23102020>

MPMA requer designação de agentes da Polícia Civil para o município

O **Ministério Público** do Maranhão ingressou com **Ação Civil Pública**, nesta quarta-feira, 21, requerendo à Justiça, em caráter liminar, que obrigue o Estado do Maranhão a designar, no prazo de 60 dias, um delegado, três investigadores e um escrivão em turno diário, concursados, por nomeação ou remoção, para o município de Arari.

Formulada pela promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, a manifestação ministerial foi motivada pela ausência de profissionais da Polícia Civil, em Arari, durante a período de pandemia.

Alternativamente e somente em caso de comprovada indisponibilidade de pessoal, o **Ministério Público** solicitou a designação, cumulativa, de profissionais que atuam em outros municípios para o exercício dos cargos em Arari em número satisfatório.

"A ação busca garantir o direito coletivo à **segurança pública** na cidade de Arari, que se encontra severamente debilitado, requerendo a condenação do Estado do Maranhão na obrigação de adotar todas as providências legais, na esfera administrativa e orçamentária para designar os agentes", afirmou a promotora de justiça, na ação.

AUSÊNCIA

De acordo com a representante do **MPMA**, a Delegacia de Polícia de Arari informou, em setembro (em resposta a solicitações da Promotoria de Justiça), que todos os três investigadores da Polícia Civil, lotados no município, por serem do grupo de risco, estão afastados do trabalho desde o início da pandemia.

A comunicação da ausência dos policiais, via ofício, feita pelo único escrivão atuante na cidade, confirmou a impossibilidade de proceder com diligências requeridas pela Promotoria, entre as quais: efetuar a localização de testemunhas e realizar exames de corpo de delito.

Ao **Ministério Público**, a Polícia Civil informou, ainda, que o único escrivão atuante na cidade, trabalha em regime de plantão, dois dias da semana, ficando os demais dias sem profissional da área na Delegada.

"Some-se ao afastamento dos investigadores, o fato de que em Arari, não há delegado titular", destacou Patrícia Fernandes Ferreira

Na ação, foi destacado que, além da impossibilidade de efetuar as diligências requisitadas relativas a inquéritos policiais, vários ofícios referentes a procedimentos administrativos extrajudiciais, não foram respondidos. Além disso, foram relaxadas prisões cautelares.

"Com o afastamento dos três Investigadores, a Polícia Civil, em que pese o louvável esforço, não consegue se desincumbir a contento de sua missão constitucional, o que gera impunidade e, por consequência, aumento da criminalidade e insegurança para a sociedade". declarou a promotora de justiça.

Na manifestação, Patrícia Fernandes Ferreira enfatizou ainda que quem mais sofre com a situação são as pessoas mais humildes, porque, quando vítimas de algum ilícito penal, se deparam com ausência de delegado e policiais, o que resulta em descrédito do Estado.

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/23102020>

Eleita nova diretora das Promotorias de Justiça de Imperatriz

A promotora de justiça Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis foi eleita a nova diretora das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz.

A eleição foi realizada nesta quinta-feira, 22, com candidatura única. O processo eleitoral foi aberto às 8h e encerrado às 13h. Dos 21 promotores, 20 votaram, sendo computados todos os 20 votos para a candidata eleita. A eleição ocorreu em ambiente virtual (e-voto). A posse está prevista para o dia 3 de novembro.

A Comissão Eleitoral informou que os trabalhos ocorreram dentro da normalidade, havendo maciça participação dos membros do **Ministério Público** com atuação em Imperatriz.

Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis ingressou no **Ministério Público** do Maranhão em 2011, tendo sido titular das Promotorias de Justiça de Itinga, Montes Altos e Senador La Roque, exercendo destacada atuação na Região Tocantina. Chegou à titularidade na Comarca de Imperatriz neste ano de 2020, promovida por merecimento.

"Agradeço a Deus por esse novo desafio que me foi colocado.

Estou muito grata pela confiança no meu trabalho e pela expressiva votação recebida.

Assumo perante a instituição e a sociedade o compromisso de desempenhar essa honrosa missão com dedicação e zelo, dando continuidade às atividades desenvolvidas pelos diretores que me antecederam e traçando novas metas para serem alcançadas", disse a promotora de Justiça Paloma Reis. (CCOM-**MPMA**)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/138/20201023.pdf>

MPMA requer designação de agentes da Polícia Civil para Arari

O **Ministério Público** do Maranhão ingressou com **Ação Civil Pública**, na última quarta-feira, 21, requerendo à Justiça, em caráter liminar, que obrigue o Estado do Maranhão a designar, no prazo de 60 dias, um delegado, três investigadores e um escrivão em turno diário, concursados, por nomeação ou remoção, para o município de Arari.

Formulada pela promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, a manifestação ministerial foi motivada pela ausência de profissionais da Polícia Civil, em Arari, durante a período de pandemia.

Alternativamente e somente em caso de comprovada indisponibilidade de pessoal, o **Ministério Público** solicitou a designação, cumulativa, de profissionais que atuam em outros municípios para o exercício dos cargos em Arari em número satisfatório.

AUSÊNCIA

De acordo com a representante do **MPMA**, a Delegacia de Polícia de Arari informou, em setembro (em resposta a solicitações da Promotoria de Justiça), que todos os três investigadores da Polícia Civil, lotados no município, por serem do grupo de risco, estão afastados do trabalho desde o início da pandemia.

A comunicação da ausência dos policiais, via ofício, feita pelo único escrivão atuante na cidade, confirmou a impossibilidade de proceder com diligências requeridas pela Promotoria, entre as quais: efetuar a localização de testemunhas e realizar exames de corpo de delito.

Ao **Ministério Público**, a Polícia Civil informou, ainda, que o único escrivão atuante na cidade, trabalha em regime de plantão, dois dias da semana, ficando os demais dias sem profissional da área na Delegacia.

"Some-se ao afastamento dos investigadores, o fato de que em Arari, não há delegado titular", destacou Patrícia Fernandes Ferreira

Na ação, foi destacado que, além da impossibilidade de efetuar as diligências requisitadas relativas a inquéritos policiais, vários ofícios referentes a procedimentos administrativos extrajudiciais, não

foram respondidos. Além disso, foram relaxadas prisões cautelares.

"Com o afastamento dos três Investigadores, a Polícia Civil, em que pese o louvável esforço, não consegue se desincumbir a contento de sua missão constitucional, o que gera impunidade e, por consequência, aumento da criminalidade e insegurança para a sociedade", declarou a promotora de justiça.

Na manifestação, Patrícia Fernandes Ferreira enfatizou ainda que quem mais sofre com a situação são as pessoas mais humildes, porque, quando vítimas de algum ilícito penal, se deparam com ausência de delegado e policiais, o que resulta em descrédito do Estado.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/10/23/mpma-requer-designacao-de-agentes-da-policia-civil-para-arari-2/>

Polícia prende suspeito de matar funcionário da OAB em São Luís

A Polícia Civil do Maranhão deu cumprimento nesta quarta-feira (22), mandado de prisão temporária em desfavor suspeito de matar Zacarias Cardoso, conhecido como 'Zeca', 55 anos, que era funcionário da OAB, na capital maranhense.

O crime ocorreu no último dia 10, na região da Cidade Operária, em São Luís, e as investigações da Polícia Civil apontaram o homem preso como suspeito do crime.

O autor do homicídio fazia assalto a frequentadores de um bar, naquela região, quando efetuou um disparo contra Zeca, que morreu no local.

O suspeito, que não teve o nome divulgado polícia, por força da lei do abuso de autoridade foi interrogado e encaminhado para o centro de triagem de Pedrinhas.

O caso segue sendo investigado pelo departamento de proteção à pessoa da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoa (SHPP), da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSPMA).

(Dema de Oliveira)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/138/20201023.pdf>

Unidade de Acolhimento para Mulheres em Situação de Rua é inaugurada na capital

Foi inaugurada nessa quinta-feira, 22, a Unidade de Acolhimento para Mulheres em Situação de Rua - Elisângela Cardoso. Trata-se de mais um espaço da assistência social da Prefeitura de São Luís, voltado para o acolhimento e abrigo de mulheres em situação de vulnerabilidade social, sendo o primeiro direcionado para esta parcela específica da população.

Localizada no bairro do Bequimão, a unidade receberá mulheres com vínculos familiares rompidos, em situação de rua, negligência ou abandono. A coordenação do local está a cargo da Secretária Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas). O Instituto de Solidariedade e Inclusão Social (Solis) será parceiro no gerenciamento do lugar.

A Unidade de Acolhimento para Mulheres em Situação de Rua - Elisângela Cardoso tem capacidade para acolher 25 mulheres na faixa etária dos 18 aos 59 anos. Serão pessoas que não dispõem de condições para permanecer na família, ou aquelas que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência familiar ou institucional, pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autocuidado.

A unidade de acolhimento conta com quatro suítes e três quartos. O espaço tem ainda cozinha, refeitório, varanda e uma sala de apoio que será usada pela coordenação. No local, há ainda dispensa para o armazenamento de alimentos, banheiros adaptados, jardim, área de convivência e prática de atividades coletivas, área para equipe técnica, entre outros.

CUIDADO E ATENÇÃO

Para prestar atendimento às mulheres acolhidas, o espaço conta com uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, psicólogos, técnicos de enfermagem, cuidadores sociais, entre outros. O abrigo segue ainda todas as regras de acessibilidade e conta com toda a estrutura necessária para receber as mulheres.

Compareceu ao evento Arnaldo Correia, irmão da homenageada, a ex-presidente da Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (Funac), Elisângela Cardoso, falecida no ano passado vítima de câncer. Ela militava na área dos **direitos humanos** há

mais de 20 anos. Ele falou do orgulho de ver o trabalho dela reconhecido.

"É uma grande satisfação saber que a memória da luta da minha irmã está sendo preservada, por meio desta homenagem", disse Arnaldo.

A presidente do Instituto Solidariedade e Inclusão Social (Solis), Ana Paula Nogueira, falou da expectativa de cuidar da nova unidade de assistência social de São Luís.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/10/23/unidade-de-acolhimento-para-mulheres-em-situacao-de-rua-e-inaugurada-na-capital/>

OAB/MA cobra das autoridades responsáveis uma solução para a questão dos ferry boats

A tarde da última quarta-feira, 21 de outubro, foi marcada por um momento essencial para toda a população usuária do transporte aquaviário no Maranhão. Pela primeira vez no estado, houve uma reunião aberta com a maior participação de instituições, autoridades e órgãos de proteção ao consumidor para falar sobre os problemas indicados pela sociedade em relação ao serviço de ferry boat que opera entre os terminais da Ponta da Espera e do Cujupe.

O Diálogo Institucional aconteceu no auditório da OAB Maranhão e reuniu representantes da Emap, Capitania dos Portos, Polícia Militar, **Procon**, Agência Mob, Vigilância Sanitária, TRE, **Ministério Público**, Poder Judiciário e contou ainda com a presença das empresas prestadoras dos serviços de ferry boats, Internacional Marítima e Serviporto, que tiveram a oportunidade de expor os motivos pelos quais os problemas estão ocorrendo, assim como indicar quais soluções estão sendo tomadas.

Logo no início do evento, o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, parabenizou todos os responsáveis das Comissões da OAB pela promoção do Diálogo Institucional. "Gostaria de cumprimentar e agradecer a cada integrante do Sistema OAB que tem se dedicado e trabalhado para fazer com que essa reunião pudesse acontecer, desde a ida aos terminais da Ponta da Espera, Cujupe, verificando a situação dos transportes, mobilizando os segmentos e autoridades responsáveis pelo transporte público através do ferry boat para a população do estado do Maranhão".

Após as explicações iniciais, foi dado espaço aos representantes das empresas que prestam serviço nos transportes. "É necessário fazermos uma análise detalhada de todos os custos de serviço, manutenção, investimento para, assim, termos uma composição tarifária justa e estabelecermos quem pagará cada conta. Sobre as licitações, é necessário que elas sejam feitas somente após estudos técnicos, financeiros, que possam equilibrar os investimentos com os serviços de qualidade prestados. Nós precisamos dar as mãos e ver como faremos para superar esses problemas, observar como o governo

pode ajudar e como essa licitação deve ser feita. Parabenizamos a OAB por dar esse primeiro passo para resolver", explicou Antônio Fernandes, representante da Serviporto.

Hugo Passos, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, se posicionou em defesa da população que se utiliza dos dos serviços aquaviários. "É das empresas a responsabilidade de assumir os riscos da atividade econômica, e não transferir essa responsabilidade à coletividade. Sabemos que há um impacto financeiro sensível, há uma necessidade de observância, se discutiu aqui o equilíbrio econômico do contrato. Mas outro aspecto importante é que a Constituição Federal deve ser cumprida por todos e ela determina que os serviços aquaviários precisam ser prestados pelos particulares mediante licitação prévia. Então a licitação não é um problema. A licitação é necessária, é uma imposição da Constituição Federal", explicou.

Hugo Passos destacou ainda que entende a visão das empresas que, historicamente, vem prestando esse serviço tão relevante para a sociedade maranhense, mas afirmou que isso não retira a obrigação de cumprir as normas legais. "As fiscalizações devem se tornar mais efetivas e não amenizadas. Isso não quer dizer que não vamos dialogar sobre a situação. Causa-me perplexidade a proposta de amenizar as fiscalizações diante de um cenário nebuloso para a sociedade maranhense e, pelo visto, para as empresas também, visto que há um caos financeiro", continuou, dizendo ainda que a Ordem rechaça e discorda de qualquer afirmação no sentido de se minimizar as fiscalizações, descumprindo assim a Constituição Federal, de suprimir o dever do **Procon** de fiscalizar o **direito do consumidor**. A Ordem defende o cumprimento da lei, da Constituição e estará atenta e vigilante.

Lítia Cavalcante, promotora do Consumidor, representando o **Ministério Público**, afirmou que a questão do ferry boat é uma das prioridades do **Ministério Público**. "Sobre o serviço de ferry boat, é preciso dizer que temos um sistema extremamente precário. As empresas entraram em colapso. Por isso, esse sistema deve ser repensado. O **Ministério**

Público está com as portas abertas para o diálogo e elegemos esse tema como uma das nossas prioridades. Já tivemos 3 reuniões e estamos nos encaminhando para a quarta. Faremos de tudo para mudar esse cenário", informou.

O presidente da Comissão de Direito Difusos e Coletivos, Marinel Dutra, afirmou que a OAB Maranhão não coadunará com nenhum tipo de omissão por parte dos órgãos e que a Ordem seguirá vigilante a esta situação. "Colocar a culpa do problema dos ferrys no usuário é irresponsabilidade administrativa. Fiscalização nunca é demais. O que é demais é a omissão. E a OAB não deixará que estes atos de omissão se perpetuem. Faremos quantos diálogos forem necessários e vamos dizer a nossa visão. Este é um caos estatal e são as autoridades que devem mudar esse jogo", afirmou.

Por fim, Marinel Dutra agradeceu a participação de todos e disse que a Ordem fará outros encontros. O próximo passo será analisar o contrato de licitação para que se façam audiências públicas com o objetivo de promover discussões acerca do modal.

O evento completo foi transmitido no canal da OAB Maranhão e está disponível no YouTube.

Site: <http://diegoemir.com/2020/10/oab-ma-cobra-das-autoridades-responsaveis-uma-solucao-para-a-questao-dos-ferry-boats/>